



CONSELHO EUROPEU

Bruxelas, 25 de junho de 2014

SN 52/14

AGENDA ESTRATÉGICA DA UNIÃO EUROPEIA EM TEMPOS DE MUDANÇA

As eleições europeias de maio de 2014 deram início a um novo ciclo legislativo. Esta renovação política chega precisamente numa altura em que os nossos países estão a emergir de vários anos de crise económica e em que aumentou o desencanto da população em relação à política. É o momento certo para definirmos as prioridades da União e a forma como pretendemos que ela funcione.

O Conselho Europeu chegou hoje a acordo em relação a cinco grandes prioridades que orientarão os trabalhos da União Europeia ao longo dos próximos cinco anos: economias mais fortes com mais emprego; sociedades que permitam capacitar e proteger os cidadãos; um futuro seguro em matéria de energia e de clima; um espaço sólido de liberdades fundamentais; uma ação comum eficaz a nível mundial.

É essencial uma atuação nestes domínios, atendendo aos importantes desafios com que as nossas sociedades se irão confrontar. Embora a recuperação na Europa esteja a ganhar terreno, o desemprego continua a ser a nossa principal preocupação – especialmente o desemprego dos jovens – e as desigualdades estão a aumentar. Entretanto, a economia global está a mudar rapidamente. Na era digital, a corrida à inovação, às competências e aos mercados obriga a que, para prosperarem, todos os nossos países tenham de estar preparados e de se adaptar. A escassez de recursos naturais, os preços da energia e o impacto das alterações climáticas constituem desafios da maior importância; a atual dependência energética da Europa é uma vulnerabilidade. Em todo o mundo, a radicalização e o extremismo constituem motivos de preocupação. A estabilidade geopolítica nas nossas próprias fronteiras não pode ser considerada um dado adquirido. As tendências demográficas são problemáticas, com o envelhecimento das populações a exercer uma pressão adicional sobre os nossos sistemas de proteção social e os fluxos de migração irregular a exigirem respostas comuns e uma ação concertada.

Neste contexto, a primeira finalidade do trabalho da União durante os próximos anos tem de ser equipar as nossas sociedades para enfrentar o futuro e fomentar a confiança.

Os países da Europa estão numa situação única para forjar a mudança – quer individual, quer coletivamente, enquanto União. A nossa diversidade é um trunfo, a nossa unidade faz a força. A nossa política de alargamento continua a promover a democracia e a prosperidade nos países que nos rodeiam.

Em consonância com os princípios de subsidiariedade e da proporcionalidade, a União deve concentrar a sua ação em domínios em que faça verdadeiramente a diferença. A União deverá abster-se de tomar medidas quando os Estados-Membros puderem atingir melhor os mesmos objetivos. A credibilidade da União depende da sua capacidade de garantir um seguimento adequado das decisões tomadas e dos compromissos assumidos. Este processo requer instituições fortes e credíveis, mas beneficiará também de uma participação mais estreita dos parlamentos nacionais. Acima de tudo, há que centrar as atenções nos resultados concretos nos cinco domínios a seguir indicados.

1. Uma União de emprego, crescimento e competitividade

Os nossos países estão a sair da mais profunda crise económica desde há uma geração. Vemos que os esforços e as reformas produzem resultados. Todavia este não vai ser um regresso às promessas de tempos passados. Subsistem desafios importantes: crescimento lento, desemprego elevado, investimento público e privado insuficiente, desequilíbrios macroeconómicos, dívida pública e falta de competitividade. Todas as nossas economias têm de continuar a realizar reformas estruturais. A nossa força comum depende muito claramente do sucesso de cada país. Essa é a razão pela qual a União tem de adotar medidas enérgicas para aumentar os investimentos, criar mais e melhores empregos e incentivar as reformas em prol da competitividade. Para tanto, é necessário fazer uma utilização adequada da flexibilidade que integra as regras do atual Pacto de Estabilidade e Crescimento.

A próxima revisão da Estratégia Europa 2020 será uma boa ocasião para a tornar inteiramente conforme com a presente agenda estratégica.

Por conseguinte, as prioridades que estabelecemos para a União nos próximos cinco anos são as seguintes:

- **explorar plenamente as potencialidades do mercado único em todas as suas dimensões:** realizando plenamente o mercado interno dos bens e serviços; concretizando o mercado único digital até 2015;
- **promover um clima favorável ao empreendedorismo e à criação de emprego,** nomeadamente para as PME: facilitando o acesso ao financiamento e ao investimento; melhorando o funcionamento dos mercados de trabalho e reduzindo a carga fiscal sobre o trabalho; reduzindo os encargos administrativos desnecessários e os custos de conformidade, tendo simultaneamente em conta a proteção dos consumidores e dos trabalhadores, bem como as preocupações em matéria de saúde e de ambiente.
- **investir e preparar as nossas economias para o futuro:** dando resposta às necessidades de investimento que de há muito se fazem sentir em matéria de infraestruturas de transporte, de energia e de telecomunicações, bem como em matéria de eficiência energética, inovação e investigação, competências, educação e inovação; mobilizando, para o efeito, a combinação certa de financiamento público e privado e facilitando os investimentos a longo prazo, através do desenvolvimento do mercado de capitais e da mobilização dos meios do Banco Europeu de Investimento;

- **reforçar a atratividade global da União** enquanto lugar de produção e investimento com uma base industrial forte e competitiva, e concluir as negociações sobre acordos de comércio internacionais, num espírito de benefício mútuo e recíproco, incluindo a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, até 2015;
- **tornar a União Económica e Monetária um fator mais sólido e resiliente de estabilidade e crescimento:** com uma governação da área do euro mais forte e uma maior coordenação, convergência e solidariedade das políticas económicas, respeitando a integridade do mercado interno e preservando a transparência e a abertura aos países da UE não pertencentes à área do euro.

2. Uma União que capacita e protege todos os cidadãos

Os europeus beneficiaram das oportunidades oferecidas pelas economias integradas com fronteiras abertas, mas as vantagens nem sempre são imediatamente tangíveis para todos. Muitos receiam ou estão já em situação de pobreza e de exclusão social. A União deve continuar a fazer aquilo que sabe fazer bem e continuar a desbloquear oportunidades, mas tem também de ser vista e entendida como uma fonte de proteção. As pessoas esperam que a Europa defenda os seus interesses e afaste os perigos, mas também que respeite as suas identidades e o seu sentido de pertença. A União deve ser mais forte lá fora e mais protetora cá dentro.

Por conseguinte, sem deixar de respeitar as competências dos Estados-Membros, que são os responsáveis pelos seus sistemas de segurança social, as prioridades que estabelecemos para a União neste domínio nos próximos cinco anos são as seguintes:

- **ajudar a desenvolver competências, libertar talentos e abrir perspectivas de vida para todos:** intensificando a luta contra o desemprego dos jovens, em particular os jovens que abandonaram precocemente o ensino, o emprego ou a formação; promovendo as competências certas para a economia moderna e a aprendizagem ao longo da vida; facilitando a mobilidade dos trabalhadores, em particular em domínios onde persistem vagas por preencher ou onde há uma inadequação de competências; protegendo uma das liberdades fundamentais da União, a saber, os direitos de os cidadãos da UE circularem livremente e residirem e trabalharem noutros Estados-Membros, inclusivamente de eventuais abusos ou pedidos fraudulentos;

- **garantir a equidade:** combatendo a evasão e a fraude fiscais, por forma que todos contribuam com a sua quota-parte;
- **ajudar a garantir que todas as nossas sociedades disponham da sua própria rede de segurança para acompanhar a mudança e suprimir as desigualdades,** com sistemas de proteção social que sejam eficientes, justos e aptos a enfrentar o futuro; com efeito, o investimento em capital humano e no tecido social é também essencial para as perspetivas de prosperidade a longo prazo da economia europeia.

3. Rumo a uma União da Energia com uma política climática virada para o futuro

Os acontecimentos geopolíticos, a concorrência mundial no domínio da energia e o impacto das alterações climáticas estão a desencadear uma reformulação da nossa estratégia para a energia e o clima. Temos de evitar que a Europa esteja tão dependente das importações de combustíveis, incluindo o gás. Para assegurar o pleno controlo do nosso futuro energético, desejamos construir uma União da Energia que vise conseguir uma energia economicamente acessível, segura e sustentável. A eficiência energética é essencial, já que a energia mais barata e mais limpa é aquela que não é consumida.

À luz deste desafio, as nossas políticas em matéria de energia e de clima para os próximos cinco anos devem ter como prioridades:

- uma **energia economicamente acessível** para as empresas e os cidadãos: moderando a procura de energia graças a uma maior eficiência energética; realizando o nosso mercado da energia integrado; encontrando formas de aumentar o poder de negociação da União; aumentando a transparência no mercado do gás; estimulando a investigação, o desenvolvimento e a base industrial europeia no domínio energético;
- uma **energia segura** para todos os nossos países: acelerando a diversificação do aprovisionamento e das rotas de energia, nomeadamente recorrendo a fontes de energia renováveis, seguras e sustentáveis e outras fontes endógenas como meio de reduzir a dependência energética, nomeadamente de uma única fonte ou de um único fornecedor; desenvolvendo as infraestruturas necessárias, como as interconexões; fornecendo aos atores privados e públicos um quadro de planeamento adequado, que os assista na tomada de decisões de investimento a médio e longo prazos;
- uma **energia verde:** continuando a liderar a luta contra o aquecimento global na perspetiva da reunião da COP 2015 das Nações Unidas e além dessa data, nomeadamente através da definição de objetivos ambiciosos para 2030 que estejam plenamente em conformidade com o objetivo acordado na UE para 2050.

4. Uma União de liberdade, segurança e justiça

Os cidadãos esperam que os seus governos lhes garantam justiça, proteção e equidade, no pleno respeito pelos direitos fundamentais e pelos princípios do Estado de direito. Tal requer igualmente uma ação europeia conjunta assente nos nossos valores fundamentais. Dada a sua dimensão transfronteiras, fenómenos como o terrorismo e a criminalidade organizada requerem uma cooperação mais forte ao nível da UE. O mesmo se aplica aos assuntos relacionados com a justiça, dado que cada vez mais os cidadãos circulam na UE para estudar, trabalhar, fazer negócios, casar e ter filhos. Outro desafio nos próximos anos consistirá em gerir os fluxos migratórios, que estão a aumentar devido às situações de instabilidade e pobreza registadas em vastas zonas do mundo e às tendências demográficas – uma questão que exige solidariedade e uma partilha equitativa de responsabilidades.

Por conseguinte, as prioridades que estabelecemos para a União nos próximos cinco anos são as seguintes:

- **melhorar a gestão da migração em todos os seus aspetos:** aumentando a atratividade da Europa para os não europeus com competências específicas; enfrentando a migração irregular de modo mais enérgico, inclusive através de uma melhor cooperação com países terceiros, incluindo em matéria de readmissão; protegendo as pessoas mais necessitadas através de uma sólida política de asilo; reforçando e modernizando a gestão das fronteiras externas da União;
- **prevenir e combater a criminalidade e o terrorismo:** reprimindo a criminalidade organizada, como o tráfico de seres humanos, o contrabando e a cibercriminalidade; combatendo a corrupção; lutando contra o terrorismo e a radicalização – e garantindo ao mesmo tempo os direitos e valores fundamentais, incluindo a proteção dos dados pessoais;
- **melhorar a cooperação judiciária entre os nossos países:** construindo pontes entre os diferentes sistemas e tradições judiciários; reforçando os instrumentos comuns, incluindo a Eurojust; assegurando o reconhecimento mútuo das decisões judiciais para que os cidadãos e as empresas possam exercer os seus direitos mais facilmente em toda a União.

5. A União como forte ator mundial

Os acontecimentos recentes ilustram a grande rapidez com que o ambiente estratégico e geopolítico se está a alterar, designadamente nas fronteiras orientais e meridionais da União. A instabilidade na nossa vizinhança alargada atingiu níveis sem precedentes. Simultaneamente, nunca foi tão importante envolver os nossos parceiros em temas de interesse mútuo ou mundial. A fim de defender os nossos interesses e valores e de proteger os cidadãos, é crucial que a União Europeia assuma uma participação mais forte nos assuntos internacionais.

Assim, as prioridades-chave da política externa nos próximos anos são as seguintes:

- **maximizar a nossa influência:** assegurando a coerência entre os objetivos de política externa dos Estados-Membros e da UE e melhorando a coordenação e a coerência entre os principais domínios de ação externa da UE, como o comércio, a energia, a justiça e os assuntos internos, a política de desenvolvimento e a política económica;
- **tornar a UE um parceiro forte na nossa vizinhança:** promovendo a estabilidade, a prosperidade e a democracia nos países mais próximos da nossa União, no continente europeu, no Mediterrâneo, na África e no Médio Oriente;
- **envolver os nossos parceiros mundiais estratégicos** numa série de questões – desde o comércio e a cibersegurança aos direitos humanos e à prevenção de conflitos, passando pela não proliferação e pela gestão de crises – a nível bilateral e nas instâncias multilaterais;
- **desenvolver a cooperação nos domínios da segurança e da defesa** para que logremos cumprir os nossos compromissos e responsabilidades no mundo: reforçando a Política Comum de Segurança e Defesa, em plena complementaridade com a NATO; assegurando que os Estados-Membros mantêm e reforçam as capacidades civis e militares necessárias, inclusive através da mutualização e partilha; reforçando a indústria de defesa europeia.